

**“Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem é”:¹
entrevista com o professor Douglas Verrangia Corrêa da Silva sobre
educação para as relações étnico-raciais, ensino de ciências e a lei
10.639/2003**

Fabiana Correia Moura¹  Douglas Verrangia^{2*} 

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil.

² Universidade Federal de São Carlos – Brasil

*Autor de correspondência: douglasvcs@ufscar.br

RESUMO

Este texto apresenta a entrevista com o professor doutor Douglas Verrangia Corrêa da Silva, da Universidade Federal de São Carlos. A entrevista foi construída de forma dialógica. O roteiro inicial foi previamente enviado e em seguida agendamos a data da entrevista pela Plataforma Google Meet. A proposta tem por objetivo tecer reflexões sobre o Ensino de Ciências na perspectiva das relações étnico-raciais. As elaborações e respostas textualmente apresentadas evidenciam o olhar para a formação do(a) professor(a) de Biologia, os atravessamentos refletidos nos desdobramentos teóricos da ação didático-pedagógica e o entrelace da história de vida, atuação profissional, experiência, escolhas teórico-metodológicas, formação docente, práxis e pesquisa afroreferenciada.

ABSTRACT

This text presents the interview with Professor Douglas Verrangia Corrêa da Silva, from the Federal University of São Carlos. The interview was conducted dialogically. The initial script was sent in advance and we then scheduled the date of the interview using the Google Meet platform. The aim of the proposal was to reflect on science teaching from the perspective of ethnic-racial relations. The textual elaborations and responses presented show the look at the training of biology teachers, the crossings reflected in the theoretical developments of didactic-pedagogical action and the intertwining of life history, professional performance, experience, theoretical-methodological choices, teacher training, praxis and Afro-referenced research.

RESUMEN

Este texto presenta la entrevista con el profesor Douglas Verrangia Corrêa da Silva, de la Universidad Federal de São Carlos. La entrevista se realizó en forma de diálogo. El guión inicial fue enviado con antelación y luego se programó la fecha de la entrevista a través de la plataforma Google Meet. El objetivo de la propuesta era reflexionar sobre la enseñanza de las ciencias desde la perspectiva de las relaciones étnico-raciales. Las elaboraciones textuales y las respuestas presentadas muestran la mirada sobre la formación de profesores de biología, los cruces reflejados en el despliegue teórico de la acción didáctico-pedagógica y el entrecruzamiento de la historia de vida, el desempeño profesional, la experiencia, las opciones teórico-metodológicas, la formación docente, la praxis y la investigación afro-referenciada.

PALAVRAS-CHAVE:

Ensino de Ciências
Formação docente
Relações étnico-raciais

KEYWORDS:

Ethnic-racial relations
Science teaching
Teacher training

PALABRAS-CLAVE:

Enseñanza de las ciencias
Formación de profesores
Relaciones étnico-raciales

SUBMETIDO: 05 de abril de 2024 | **ACEITO:** 09 de abril de 2024 | **PUBLICADO:** 1 de maio de 2024

© ODEERE 2023. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

¹ O provérbio “Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem você é” foi retirado do texto de Renato Nogueira (2019).

Caro Professor Douglas, saudações ao seu intelecto (Orí) que honra a Ciência Africana Ancestral em sua trajetória de vida e pesquisa. Como tudo isso nasceu? Em que momento o Bacharel e Licenciado em Ciências Biológicas foi despertado para os estudos dos conceitos científicos com ênfase nas relações étnico-raciais?

Axé agradeço, saudações aos nossos ancestrais. É muito difícil desassociar, na verdade não tem desassociação da nossa história como pessoas no mundo e nosso trabalho acadêmico. Neste caso, é bem isso, está diretamente relacionado com a minha história e como fui interpretando as coisas que foram acontecendo na minha vida. Nasci na capital de São Paulo e morei na periferia de São Paulo, na zona leste, na COHAB 1, em Itaquera. As questões raciais sempre foram pautas da minha vida. A minha família é uma família interracial, minha mãe era uma mulher branca e meu pai é um homem negro. Sempre fez parte das minhas vivências, das relações com as outras pessoas e esses atravessamentos raciais, mesmo quando era bem jovem. Estudei no SENAI, fiz o curso de mecânica no SENAI, depois fiz Colegial técnico. Eu trabalhava na indústria mecânica e eu comecei a me envolver com o sindicato, Sindicato dos Metalúrgicos, onde comecei a ter uma visão mais complexa sobre a realidade. A gente via como precisava estudar desde Marx, Engels, até outros autores que foram importantes para tentar entender um pouco o capitalismo, a sociedade e isso foi muito importante na minha formação antes da universidade, nas vivências na minha própria família, as interações, nas situações de discriminação e a participação no movimento sindical.

Eu fui para a Universidade, passei no vestibular na época, para o curso de Biologia da Universidade Federal de São Carlos. Eu estava muito empolgado com a graduação. Eu passei dois anos, quase três, muito imerso na coisa do conteúdo conceitual da Biologia. Eu estava pensando, fazendo reflexões para essa entrevista, que durante muito tempo eu fiquei sem pensar, naquelas que eram questões correntes em minha juventude, antes da imersão nessa coisa de estudar botânica, genética, evolução, que eu adoro, e adorava desde aquela época.

Porém, ao mesmo tempo, eu carregava uma série de insatisfações com o curso. Logo, quando eu começo a pensar nisso, olha que eu já era professor desde o segundo do ano de faculdade num cursinho pré-vestibular que a gente mesmo

criou aqui na universidade, e lá eu já pensava. Poxa, é muito importante pra gente que está dando aula no cursinho pré-vestibular para pessoas das camadas mais empobrecidas da população e é importante para eles também que estão aqui no cursinho, entender por que é necessário fazer um cursinho, por que outras pessoas entram na universidade de forma direta a partir do Ensino Médio ou fazem um cursinho na iniciativa privada? Às vezes, passam um ano, dois ou até três de um cursinho popular, para que estudantes pobres pudessem ingressar na universidade, o que deveria ser um direito de todos. Assim, comecei a pensar que os conteúdos que a gente estuda na sala de aula, no curso de Ciências Biológicas, eles podem nos desconectar dessas “questões sociais”.

Um dia, estávamos numa aula de fisiologia, a professora estava falando sobre um conceito de mapas de regiões funcionais do cérebro, como elas interferem em determinados sentimentos. Lembro-me que foi muito chocante ver a “região da angústia”, ou seja, uma suposta parte do cérebro que controla o sentimento de angústia. Lembro-me, que me perguntei: isso tem alguma coisa estranha, como eles sabem, como chegam a este tipo de conhecimento? Questionei a docente sobre a origem desse conhecimento, visto que não dá para fazer isso com outros animais. Perguntei se não estava ligado às pesquisas feitas em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Ela ficou irritada com a minha participação, e sinalizou dizendo que: “...isso não tem nada a ver com o nosso conteúdo”. As condições materiais da produção do conhecimento que estava sendo trabalhado, na concepção dela, não têm relação com o conteúdo. Este acontecimento me fez virar a chave sobre o olhar para a produção do conhecimento científico.

No cursinho, eu trabalhava com genética e ministrava aulas de citologia. Eu comecei a ver totalmente o sentido que tinha nas minhas aulas. Passei a fazer as conexões que eu achava que eram interessantes, por exemplo: como se forma a pigmentação cutânea, a relação com a melanina? Passei a entender que estava conceitualmente errado o que estava escrito nos livros didáticos a este respeito. Eu entendi que esta seria a minha motivação para continuar estudando, inclusive a Biologia, vi que era possível alinhar meu trabalho profissional com a minha perspectiva de vida, meu propósito enquanto ser humano no mundo, um propósito que não é só pessoal, mas um propósito coletivo. Foi então que entendi que a

Biologia é um campo, no qual a gente pode contribuir muito para compreender mais, superar uma série de equívocos históricos e a própria participação das ciências/ciências naturais na construção da sociedade desigual em que vivemos.

Como pesquisador, como você avalia a implementação da Lei 10.639/2003 com relação ao Ensino de Ciências no Brasil?

Eu percebo é muito frágil. É perceptível que houve vários avanços e alguns muitos significativos, mas eles são muito voláteis, então, facilmente aquilo que se avançou se retrocede. É muito do ponto de vista pessoal e regional. Por exemplo, um avanço que eu considero significativo e teve a ver com a lei 10.639, na questão do Ensino de Biologia, especificamente, refere-se ao PNLD. Ele foi importante no sentido de começar a ter um processo de institucionalização da lei 10.639 nos livros didáticos de Biologia. Eu mesmo participei como avaliador e como coordenador pedagógico em alguns momentos, na época, eu lembro que um coordenador muito importante foi o professor Antônio Carlos Amorim, da Unicamp. A equipe criou uma série de critérios para vetar discriminações em obras de Biologia, que foram publicados no edital do PNLD 2015. Foi uma série de critérios específicos sobre as relações entre Ciências e as relações raciais, eram pontos de exclusão de obras, ao mesmo tempo, uma tentativa de estimular editores a trazerem determinadas questões para os livros. Então, isso foi importante porque os grupos que sucederam mantiveram essa perspectiva e os critérios.

De alguma forma, esse trabalho contribuiu para que os livros de Biologia discutam algumas questões raciais, pois sabemos, por exemplo, da participação das ciências naturais no processo da construção do conceito de raça no mesmo contexto em que os nazistas faziam experimentos eugenistas por exemplo. Outro ponto importante é da divulgação científica, no sentido de apresentar a produção de conhecimentos no continente africano, cientistas, homens e mulheres negros e negras e afrodescendentes.

Por outro lado, essa perspectiva já não se encontra na BNCC. Sabemos que apesar dos avanços decorrentes das lutas, do debate dos movimentos sociais, percebemos que abordar o racismo, referências africanas, indígenas nas aulas de Ciências e Biologia acabam ficando na responsabilidade de professores e

professoras engajados(as), e que isso depende da formação desses educadores, das condições de trabalho, materiais didáticos à disposição, dos projetos que a escola vai organizar. Falta institucionalização da Política Pública de forma que independa da vontade de alguns sujeitos nas instituições, governos etc.

Infelizmente, vivemos mais de seis anos (2016-2022) de abandono das pautas educacionais relacionadas com os direitos humanos e com a diversidade, visto que tais questões foram retomadas recentemente com uma saudável mudança de perspectiva governamental, contrária a um pensamento de extrema direita. Tudo na Educação é muito conjectural, mesmo constando na Constituição Federal, mesmo que ela tenha sido alterada – via LDB – pela lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), ainda é muito dependente do compromisso político de algumas pessoas, e as lacunas são visíveis no quesito fiscalização.

A escola, as Universidades, Instituições de Ensino são espaços de construção de múltiplos saberes e identidades, portanto devem abranger as expressões da diversidade. Como consultor da Unesco na área de Relações Étnico-raciais, de quais maneiras este trabalho junto à Organização das Nações Unidas se entrecruza com suas pesquisas e a militância pela desconstrução dos rótulos e dos rituais pedagógicos tão reprodutores de estereótipos, principalmente no Ensino de Ciências/Biologia?

Antônio Bispo dos Santos, o Nego Bispo, duas semanas antes de falecer, esteve aqui em São Carlos, dando uma palestra na USP e conversamos por uns instantes. Ele falou algo que me fez refletir bastante. Ele afirmou que: “a Universidade é ferramenta central do colonialismo”. Essa é uma questão para pensarmos, e construir novas percepções sobre o conhecimento acadêmico. A diversidade não é muito bem tratada na Universidade. Eu sinto que isso tem melhorado, temos alguns avanços neste sentido, pois a universidade hoje é um lugar muito mais diverso que há 20 anos. Quando adentrei como estudante na Universidade Federal de São Carlos, em 1997, a instituição tinha menos de 2% de estudantes negros e negras. Agora, chega perto de 30%. É um dado significativo, contudo, não significa que os negros e negras serão bem tratados e acolhidos neste ambiente, assim como nossa ancestralidade, nossa história, contribuições da

nossa forma de pensar coletivo, nossos ritos e mitos também não são muito bem aceitos e acolhidos na Universidade. Por isso o projeto África-Brasil Histórias Cruzadas foi, para mim, algo tão importante. A coleção História Geral da África (UNESCO, 2010), que reeditamos no Brasil, não existia em uma edição brasileira, mesmo tendo em vista a relevância do continente africano para a construção de nosso país.

Realizamos também um trabalho em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, foi um grande programa de Formação de Professores num período de seis anos, no qual ministramos cursos para mais de dezesseis mil docentes da rede estadual. Então, entendo que essas experiências se traduzem no meu trabalho como pesquisador e como professor universitário na formação de professores/as. Essas vivências impactam na construção teórica que venho tentando ajudar a construir nestes anos, desde o primeiro artigo que eu escrevi até esse último (VERRANGIA, 2022). Reconheço a Ciência como processo humano coletivo, e percebo que este texto (ibid) é uma síntese do meu processo desde as participações naqueles cursos de formação de professores até minha atuação em sala de aula por vários anos. Eu venho desenvolvendo ideias e modelos, e pude pela primeira vez escrever algo desse ponto de vista mais teórico e propositivo. Acho muito importante também a participação em vários espaços sociais. Enquanto pesquisador da área de educação e formador de professores, reconheço central estar nas escolas, como parceiro de professores e professoras.

Outra coisa que percebo é que o elemento mais importante da lei 10.639/03 – institucionalizado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - sua potência, é a concepção de que é possível educar relações étnico-raciais mais positivas. Isto é, a construção de uma educação para a humanização, que extrapole o mero domínio do conteúdo conceitual.

Qual é o papel do professor/a de Ciências/Biologia na luta contra o racismo e pelo reconhecimento do legado africano/indígena nas escolas? Como pesquisador, como você percebe e interpreta a atuação docente?

A atuação docente é um elemento central. É visível, por exemplo, que a BNCC esvaziou o sentido do currículo e da prática docente de conteúdos fundamentais para humanização. Como é que eles vão ser colocados no cotidiano escolar sem professoras e professores, a partir de materiais didáticos que serão produzidos por meio desse documento? Isso não vai ocorrer, certamente. Então, educadores são centrais para manutenção de uma escola democrática, laica e conectada com os direitos humanos, com o desejo pela redução das desigualdades sociais. Percebe-se que as instituições educativas, como as secretarias de educação, estão muito à mercê de mudanças de orientação política, assim, muito fragilizadas frente a ascensão de movimentos ideológicos, como aqueles de cunho fascista (racista, homofóbico, sexista) que acumulam poder político em nível estadual e federal em nosso país. Movimentos conectados com a ideia de um estado “necropolítico” (MBEMBE, 2018a; 2018b). A participação de professores e professoras é, portanto, fundamental na manutenção e consolidação da promoção dos direitos humanos e fortalecimento do estado democrático de direitos.

No artigo intitulado “O cientista é um homem branco ocidental: uma análise de livros didáticos de Biologia”, vocês destacaram como cientistas são representados nas coleções, levando em consideração o texto e as imagens. “Ao analisar os cientistas citados no texto, levamos em conta sua nacionalidade e seu gênero, já nas imagens, examinamos a representação étnico-racial e o gênero.” Em sua percepção, como este estudo corrobora no enfrentamento às desigualdades de gênero nas Ciências?

Sim, eu espero que um estudo como este (SILVERIO; VERRANGIA, 2021) possa contribuir para enfrentar as desigualdades de gênero e étnico-raciais, para que o conhecimento científico esteja a serviço dos direitos humanos, principalmente dos mais vulneráveis. Por isso analisamos como cientistas são representados nas coleções didáticas, levando em consideração texto e imagens. Levamos em conta sua nacionalidade, gênero, já nas imagens examinamos as representações étnico-racial e de gênero, e a percepção nesse estudo corrobora a necessidade

de enfrentamento das desigualdades de gênero nas ciências, se não, por que fazemos pesquisas?

Queremos ajudar a transformar a realidade, produzir conhecimentos que ajudem a promover mudanças nessa estrutura social vigente. Identificar a forma pela qual os livros didáticos criam regimes de representação, como a Florência vai escrever, nos ajuda a pensar e perceber como o livro cria a representação da realidade, logo, como Paulo Freire (1978, p. 236) dizia “toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação que incide sobre a estrutura social”, com a intenção ‘de mantê-la como está, de operar na mesma, pequenas mudanças ou transformá-la’). Então, daí vieram muitas mudanças ou ideias para repensar o livro didático. Eu por exemplo presto mais atenção na sinergia entre a imagem e texto. Isso é uma coisa extremamente complexa que precisa de muitos estudos ainda para entender melhor, refletir sobre o porquê, às vezes, a imagem é totalmente desconectada do texto do livro didático. Por outro lado, esta desconexão pode ser apenas na minha perspectiva, pois para quem está vendo são geradas outras conexões. A não intencionalidade e a não institucionalidade de mudanças de perspectiva reforça a realidade machista, sexista, racista em que vivemos.

Entendemos também algumas questões mais pontuais que podem ser feitas, no caso de livros didáticos de Biologia, para combater estereótipos sobre o continente africano. Sendo mais específico, por exemplo, em relação ao continente africano, escreve-se “... foi encontrado um fóssil na África” e não se apresenta país, cidade, etc. Em contraposição, é comum que se o fóssil é encontrado na França, se mencione até mesmo a cidade e nome dos cientistas responsáveis. Isso choca com a raridade em que cientistas africanos, afro-brasileiros, indígenas são mencionados. É necessário produzir regimes de representação mais conectados com uma educação para relações étnico-raciais positivas, assim como de gênero. Os livros ficam muito presos a uma falsa ideia de “representação fiel” da realidade, desconsiderando sua função de projetar uma sociedade desejamos.

A sua Tese de doutoramento, A educação das relações étnico-raciais no ensino de Ciências: diálogos possíveis entre Brasil e Estados Unidos, orientada pela Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi desenvolvida numa experiência de formação contínua? O que este intercâmbio de diálogos revelou? Quais aproximações e distanciamentos você identificou entre a realidade brasileira e a norte-americana?

Foi um curso de formação continuada com professoras brasileiras que durou oito meses. Foram dois semestres de trabalho e depois fiquei mais seis meses em escolas nos Estados Unidos. Por que eu fiz isso assim? Eu gostaria de entender, naquela época, se existiam, além dos raros relatos escritos, trabalhos de professores e professoras no campo do ensino de Biologia com a intenção de combater o racismo. Como seria uma tese sobre as relações entre educação em Ciências e relações étnico-raciais? Foi preciso um trabalho empírico e o curso de formação foi muito importante para a gente ir aprendendo juntos, com as conexões que os/as professores/as iam desenvolvendo no trabalho na escola, com os estudantes. Foi esse processo de realizar a formação e, ao mesmo tempo, ir compreendendo questões inerentes ao processo, uma perspectiva coerente com a fenomenologia de Merleau-Ponty, nossa inspiração. É importante mencionar que tentei encontrar professores de biologia negros para entrevistar na região do interior de São Paulo (São Carlos e região). Foi um longo processo no qual percebemos a realidade de escassez na época. Naquele momento, foi quase um desafio, uma pesquisa em rede, na qual, as/os professores/as falavam uns/umas com os/as outros/as, e demorou meses para aparecer alguém, para dar um depoimento, o que foi bastante frustrante. Assim, nos Estados Unidos, fui direto para escolas afrocentradas, onde havia presença massiva de educadores negros e educadoras negras. Foi um contato com outra realidade, outro contexto, e existem aproximações e distanciamentos, eu vou começar pelas aproximações.

Nos Estados Unidos, mesmo em escolas onde a maioria (se não todas as pessoas) era negra, ainda existia uma desconexão enorme entre o ensino de ciências e a ideia do combate ao racismo. Das várias escolas que eu fui, só uma efetivamente fazia um trabalho que tinha a ver com as ciências naturais. Então isso foi uma aproximação que eu consegui estabelecer. Os professores de Biologia,

mesmo no contexto afro-americano, não tinham sido formados para realizar tal trabalho. Então estavam tão conectados com o ensino de conteúdos conceituais da Biologia, da Física, da Química, de uma forma muito tradicional quanto aqui, uma das conexões encontradas. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos a ideia de neutralidade científica era muito forte, e, de alguma forma, orientava o processo didático, pautando a dificuldade dos professores, por exemplo, em participar de ações coletivas de combate ao racismo na escola. Assim, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, professores de Ciências e Biologia se sentiam desconectados da necessidade de trabalhar esta questão.

Nas duas realidades ficou evidente que os/as professores/as se formam para lidar com as relações étnico-raciais a partir das suas próprias experiências pessoais. Na experiência de viver relações étnico-raciais, às vezes extremamente tensas, por serem vítimas do racismo, serem vítimas de discriminações, no caso das pessoas negras às vezes, e na visão das brancas de que não existem raças, do ponto de vista social, ou de que não pertencem a nenhuma raça por serem brancas (ver BENTO, 2002).

Então, tanto aqui quanto lá, as relações étnico-raciais não são trabalhadas na formação docente. No final das contas, a referência que os docentes usam são “a própria vida”, muito mais do que conhecimentos das áreas como a sociologia, psicologia, educação. Nos EUA, assim como no Brasil, enfrentavam muitas barreiras estruturais para lidar com esses conteúdos na escola quando desejaram fazê-lo.

Por outro lado, existem muitas diferenças, muitos distanciamentos entre nossos contextos. A história é diferente, mesmo que existam aproximações importantes do processo de diáspora negra. Por exemplo, nos Estados Unidos não se romantizam as relações étnico-raciais como é no Brasil, por meio do conceito de “democracia racial”. Por outro lado, a presença negra (docentes, coordenadores, diretores) nas escolas nos Estados Unidos é muito maior que aqui. Em geral, numa escola de periferia de um bairro negro nos Estados Unidos, quase todos os profissionais são negros, o que destoa muito do que ocorre nas periferias da maior parte das cidades brasileiras. Nos Estados Unidos existem universidades negras desde o século XVIII, por isso também é bem diferente a sua história da formação profissional lá e aqui, onde foram institucionalizadas ações afirmativas apenas a partir do início dos anos 2000. Nos Estados Unidos existem instituições

educacionais de ensino superior negras há centenas de anos, o que causou um impacto muito forte na sociedade.

Como intelectual negro, numa sociedade historicamente desigual, racista e patriarcal, como você descreve a experiência de orientação com uma intelectual negra como a Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva que foi indicada pelo movimento negro para a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, integrou a comissão que elaborou o parecer CNE/CP n.º 3/2004, sendo relatora, tal parecer regulamentou a lei 10639/2004 e estabeleceu diretrizes para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira no currículo da Rede de Ensino do Brasil. Qual o sentido de tal experiência na sua formação?

Foi uma experiência muito transformadora. A nossa relação sempre foi além da academia. A Professora Petronilha sempre foi uma pessoa muito íntegra, é uma pessoa que não fragmenta os diferentes aspectos da vida, não há desconexão entre sua vida como mulher negra, ativista social, pesquisadora e professora. Ela recebeu uma medalha de cavaleira da Ordem Nacional do Mérito, maior condecoração atribuída a um civil brasileiro, e não mudou em nada na relação conosco. A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais (SILVA, 2008).

O processo de se formar enquanto pesquisador é um processo de se formar enquanto ser humano. Assim, ela não pode me desumanizar e muito menos desumanizar os outros com os quais fazemos pesquisa. Ela sempre tem sido coerente em relação a isso, e em valorizar nossa ancestralidade, e com o compromisso com uma intelectualidade engajada na transformação social. Vivemos muitas situações como amigos, e isso foi importante, mesmo que não necessariamente precisa ocorrer entre orientando e orientador. A Petrô, como é chamada, é uma pessoa humilde que é extremamente culta, levando em conta seu conhecimento, vivências em muitíssimos lugares, países, instituições sem deixar de ser uma pessoa simples. Entendo que a vida dela é sua própria luta, e quando nós somos efetivamente quem nós somos, não existe desconexão.

Se o meu trabalho como professor me desumaniza, ou aos estudantes com quem lido, então é preciso transformar esse trabalho. Isso não é fácil porque tem lugares em que é muito difícil mudar práticas e relações. Então, aprendi com ela que a vida se torna a própria luta, seja por uma educação melhor para todos e todas, seja para a melhoria das condições de trabalho dos professores e das professoras, seja a luta contra a violência de gênero, o feminicídio, a homofobia, a transfobia e a violência transfóbica. Nós vamos construindo isso na experiência de sermos humanos, cada um fazendo suas escolhas. E quando essas escolhas são feitas de uma forma consciente, elas configuram um propósito. A bell hooks (2001) escreve sobre essa vida com um propósito.

Acredito que aprendi com ela que quando você vive uma vida com propósito deixa de ser uma carga educar para as relações étnico-raciais. O combate ao racismo não é uma carga para mim, mas é algo que faz parte do meu propósito. Aprendi com a Professora Petronilha que é preferível fazer com humor, tentar ao máximo possível fazê-lo com honestidade, engajamento e alegria.

Como pesquisador, qual avaliação você faz sobre os Programas de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática e a Formação de Professores no Brasil, no que diz respeito a área de Relações Étnico-raciais?

Hoje nós começamos a perceber que muitos programas, que estavam ligados a uma ideia de aprender 'ciências duras', estão abrindo espaço para pautas mais transformadoras. Eu faço uma avaliação (que pode ser muito subjetiva) de vários programas de pós-graduação que visitei, seja por participar em bancas, ouvir as pessoas, de que é um processo em andamento. Eu via muito mais trabalhos no passado focados no ensino-aprendizagem de conceitos, isso era maioria absoluta dos trabalhos produzidos até o fim dos anos 1990. Por exemplo, em 2003-2004 submeti meu projeto de doutorado para ser financiado três vezes, em todas, foi rejeitado. O que chama atenção são os pareceres, que concordavam em que não havia conexão entre o ensino de Ciências e o combate ao racismo. Bom que isso mudou!

Claro que ainda há um número menor de colegas que pensa assim, que vivem no desconhecimento dessas questões. Vejo que é necessário um maior engajamento nesse campo, tem professores que ainda não se engajaram em estudar minimamente as relações raciais, mesmo que entendam a necessidade. A história da ciência precisa ser estudada numa perspectiva não eurocêntrica, numa perspectiva que não seja tão enviesada. É preciso incorporar narrativas que não sejam hegemônicas – embora isto esteja ocorrendo em alguns programas de pós-graduação – precisamos avançar mais, ler produções não-eurocêntricas, orientais, africanos, latino-americanas, incorporar esses referenciais em nossos projetos e nas referências bibliográficas como um todo na área. Ainda há um longo caminho a percorrer neste sentido, que considero urgente.

No caso das relações étnico-raciais, especificamente, percebo que um motor central dessas mudanças são os estudantes, principalmente estudantes negros que entram no mestrado e doutorado querendo desenvolver estudos nessa área. Eles acabam “desafiando” os professores e professoras a se preparar para orientar, ou seja, estudar, entrar em contato com textos, e isso é muito positivo. Muitas vezes, fui chamado para colaborar, apoiar e foi muito positivo. Tenho testemunhado a transformação que nossa presença, pessoas negras e indígenas, tem promovido nas universidades. Assim como estudantes, precisamos ter mais professores universitários negros, ainda poucos na pós-graduação em nossa área. Cabe destacar a importância central dos colegas não-negros engajados no combate ao racismo, que tem laborado para promover essas transformações nos programas de pós-graduação. Precisamos ter mais professores negros nas Universidades públicas. A Universidade Federal de São Carlos tinha menos de 2% de estudantes negros em 1994, e menos de cinco professores negros, dentre os mais de 1000 em seu quadro. Isso mudou em parte, mas não chegamos nem perto da desejada equidade.

Para finalizar: Segundo o Filósofo Renato Noguera (2019) na África ocidental a educação se divide em ciclos de sete anos. No caso específico de griots e griottes essa periodização é rígida e tem razões espirituais além dos seus sentidos político-culturais. O número “sete” encerra um ciclo adequado do período básico para algo iniciar e ganhar aptidão necessária de cumprimento do propósito. Quais as

aspirações do Doutor Douglas Verrangia Corrêa da Silva para os próximos sete anos?

Essa foi uma boa pergunta, que precisaria de mais tempo para pensar, então acho que é muito relevante, gostei dessa noção, não conhecia. Eu gosto muito do Renato Nogueira, aprendo muito com ele. Uma aspiração é manter vivo esse sentimento de querer aprender, querer continuar aprendendo sempre, considero como fundamental. Eu gostei da ideia dos ciclos porque quando a gente aprende na área das ciências naturais como a circularidade é fundamental na natureza, mas ela é fundamental na natureza e humana também. Aprender a perceber que encerrou um ciclo e começara outro, então aí começa um novo Douglas, uma nova Fabiana, abertos para novas aprendizagens.

Eu tenho algumas aspirações, assim, mais concretas: terei os primeiros estudantes de doutorado que vão defender entre cinco a sete anos, e está sendo uma experiência muito boa, nunca tinha orientado alunos do doutorado, este desafio é algo que tem me potencializado muito. Essa pesquisa de mais longo tempo, um contato mais aproximado com esses com orientandos, têm me motivado bastante a pensar que eu preciso continuar aprendendo sempre. Fortalecer nosso grupo de pesquisa e de estudos, esse aquilombamento que fazemos na universidade, no curso de Ciências Biológicas. Eu gostaria de nestes sete anos fortalecer o grupo e poder me dedicar mais a ele. Tem um livro que faz anos que eu não consigo terminar de escrever. Ver meu filho Emiliano com 20 anos, desejo muito.

Encontrar novos sentidos para a docência, é uma luta constante, evitar parar, não deixar se tornar algo mecânico. Eu estou nesse processo. Faz 15 anos que sou professor na UFSCar, é bastante tempo, logo é necessário encontrar novos sentidos. Eu estou percebendo que preciso me dedicar mais, este é um desafio importante para os próximos anos, estudar as mudanças provocadas por tecnologias como o Chat GPT, entre outras.

Por fim, desejo caminhar com coragem de seguir meu coração nos caminhos que se apresentarem. Desejo que neste novo ciclo, nestes novos tempos, nossos caminhos sejam de confluência!

Asé!

Referências

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2001.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo, SP: n-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

NOGUERA, Renato. “**Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem você é**”: **tecnologia griot, filosofia e educação**. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, v. 10. n. 2, p. 258-277, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. *Educação*, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 489-506, 2008.

SILVERIO, Florença Freitas; VERRANGIA, Douglas. **O cientista é um homem branco ocidental: Uma análise de livros didáticos de Biologia**. *Abatirá: Revista de Ciências Humanas e Linguagens*, v. 2, p. 332-360, 2021.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **História geral da África, I: metodologia e pré-história da África** / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

VERRANGIA, Douglas. **A educação das relações étnico-raciais: uma proposta teórico-metodológica para a desconstrução de estereótipos na educação em Ciências e Biologia**. *Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio*, 15(nesp.2), p. 492–512, 2022.